

LUIZ EDSON FACHIN  
EROULTHS CORTIANO JUNIOR  
CARLOS EDUARDO PIANOVSKI RUZYK  
MARIA CÂNDIDA PIRES VIEIRA DO AMARAL KROETZ

COORDENADORES

# JURISPRUDÊNCIA CIVIL BRASILEIRA

MÉTODOS E PROBLEMAS



**Autores**  
Luiz Edson Fachin  
Eroulths Cortiano Junior  
Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk  
Maria Cândida Pires Vieira do Amaral Kroetz

# JURISPRUDÊNCIA CIVIL BRASILEIRA Métodos e Problemas

**Área específica**  
Direito Civil.

**Áreas afins**

--

**Público-alvo/consumidores**

--

O Núcleo de Pesquisas em Direito Civil Constitucional do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR (Grupo “Virada de Copérnico”), com cerca de duas décadas dedicadas à reflexão e pesquisa acadêmica, apresenta os resultados dos trabalhos de investigação científica realizados no biênio 2015/2016. Os artigos, construídos conforme eixos temáticos (“Família e Sucessões”; “Titularidades”; “Contratos e Responsabilidade Civil”; e “Pessoa e Mercado”) conversam entre si e, especialmente, têm como principal fio condutor a pesquisa jurisprudencial do Direito Civil brasileiro.

As pesquisas fazem um balanço da aplicação judicial do direito civil (em seus temas mais candentes), depois de passados mais de 20 anos da Constituição e mais de 10 anos do novo Código Civil.

Em tempos de precedentização do direito, a pesquisa é relevante, porque une reflexão acadêmica e prática jurisprudencial, permitindo ver, com viés dogmático, mas com olhos críticos, o que se decide, como se decide e por que se decide de determinado modo o Direito Civil no Brasil.

**FORMATO:** 14,5 X 21,5 cm

**CÓDIGO:** 10001101



da base de cálculo dos alimentos.....	42
3 O senso comum frente às diversas espécies de rendimentos .....	51
3.1 A incidência sobre o 13º salário .....	52
3.2 A incidência sobre o terço constitucional de férias .....	55
3.3 A não incidência sobre o saldo do FGTS .....	58
3.4 A incidência sobre a participação nos lucros.....	63
3.5 A não incidência sobre verbas rescisórias.....	68
3.6 As demais rubricas: hora extra, coeficiente de correção cambial, gratificações extraordinárias, abonos, cesta-alimentação, auxílios alimentação e acidente.....	70
4 Considerações finais .....	72
Referências .....	75

**O TRATAMENTO JURÍDICO DAS FAMÍLIAS SIMULTÂNEAS  
NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E SUPERIOR TRIBUNAL  
DE JUSTIÇA**

<b>THATIANE MIYUKI SANTOS HAMADA, VIVIANE LEMES DA ROSA .....</b>	<b>79</b>
1 Procedimento metodológico e a evidência de um senso comum.....	79
2 Análise dos julgados do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça .....	81
3 A visão do Direito Civil a partir da Constituição Federal e a pluralidade familiar.....	88
4 Conclusões: a análise do senso comum identificado na jurisprudência dos tribunais .....	99
Referências .....	101

**AUTONOMIA PRIVADA E ANULAÇÃO DA PARTILHA  
CONSENSUAL NO DIREITO DAS FAMÍLIAS**

<b>DESDÊMOMA T. B. TOLEDO ARRUDA, RENATA C. STEINER .....</b>	<b>111</b>
1 Delimitação do tema de estudo.....	111
2 Primeira delimitação necessária: invalidade e rescindibilidade da partilha de bens .....	113
3 Segunda delimitação necessária: o caráter negocial da partilha consensual, sua irretratabilidade e possibilidade de anulação .....	116
4 Notas distintivas da anulação da partilha de bens no Direito das Famílias: elucidação a partir de três exemplos.....	119
4.1 O poder-dever de não homologação da partilha na ação de divórcio ou de dissolução da união estável .....	120
a) Admissão da desigualdade, proteção da dignidade e o caso da desproporção severa .....	123
b) Proteção contra violência patrimonial e Lei Maria da Penha .....	126
5 Perspectivas conclusivas .....	129

**ANÁLISE JURISPRUDENCIAL DA SUCESSÃO DO CÔNJUGE  
E DO COMPANHEIRO: TRIBUNAIS DO SUL DO BRASIL**

<b>ANTONIO CEZAR QUEVEDO GOULART FILHO, MARCOS ALVES DA SILVA.....</b>	<b>131</b>
1 Introdução .....	131
2 Procedimentos metodológicos .....	132
3 A celeuma doutrinária e jurisprudencial na sucessão do cônjuge.....	133
4 A sucessão do companheiro .....	144
5 Considerações finais .....	150
Referências .....	150

**PARTE II  
TITULARIDADES**

A AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL POR CONTRATO  
NÃO REGISTRADO E ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE  
JULGADOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

<b>ALEXANDRE BARBOSA DA SILVA</b> .....	155
1 Considerações iniciais .....	155
2 Metodologias para a construção da análise.....	156
2.1 Eleição do tema, coleta de decisões e problematização.....	157
3 Possíveis motivos para a inexistência de julgados nos Tribunais Superiores.....	160
3.1 A doutrina conservadora e o mito da segurança jurídica não permitem a construção de ferramental para o Judiciário: a não percepção dos fundamentos para a subida de recursos aos Tribunais Superiores.....	161
4 Análise da <i>ratio decidendi</i> de alguns julgados que permitem prospectivar a força do contrato de transmissão da propriedade imóvel.....	169
5 Considerações finais .....	174
Referências .....	176

CONVALIDAÇÃO SELETIVA DE DOMÍNIO DE TERRA  
PÚBLICA: A DECISÃO MAIS LENTA DA HISTÓRIA DO  
PODER JUDICIÁRIO

<b>DANIELE REGINA PONTES</b> .....	179
1 O caso: a propriedade e o tempo.....	179
2 Breve retomada do contexto da ação proposta: a “Marcha para o Oeste” no movimento de ocupação de terras ocupadas .....	182
3 A descrição simbólica do poder proprietário .....	185
4 Os alicerces da decisão .....	188
5 Entre a posse e a propriedade: o fato consumado.....	191
6 Considerações finais .....	195
Referências .....	197

PARTE III

**CONTRATOS E RESPONSABILIDADE CIVIL**

A RESPONSABILIDADE CIVIL PÓS-CONTRATUAL NA  
REALIDADE JURISPRUDENCIAL DO SUPERIOR TRIBUNAL  
DE JUSTIÇA: DA AFERIÇÃO DO DIÁLOGO ENTRE  
DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA

<b>MARCOS ALBERTO ROCHA GONÇALVES, MARCOS AUGUSTO BERNARDES BONFIM, RAILTON COSTA CARVALHO</b> .....	201
1 Introdução .....	201
2 Pressupostos jurídicos da responsabilidade civil pós-contratual: da aferição dos deveres jurídicos anexos .....	204
3 Responsabilidade civil pós-contratual: da <i>culpa post pactum finitum</i> ....	207
4 A responsabilidade civil na ambiência jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça: da aferição do diálogo entre doutrina e jurisprudência.....	209
5 Conclusão .....	214
Referências .....	216

REPARAÇÃO CIVIL E PRECEDENTE JUDICIAL:  
REFLEXÕES PRELIMINARES A PARTIR DA LEITURA DO  
RESP Nº 959.780/ES

<b>ANDRÉ LUIZ ARNT RAMOS</b> .....	219
1 Introdução: responsabilidade civil e precedente judicial .....	219
2 O <i>stylus curiae</i> brasileiro: (in)segurança jurídica e o problema da reparação de danos .....	220
3 O REsp nº 959.780/ES: parâmetros de decisão, diretrizes para o	

futuro (transcendência). Precedente? .....	224
3.1 <i>Ratio decidendi</i> e <i>obiter dicta</i> : ainda hoje? .....	228
4 Apontamentos conclusivos .....	230
Referências .....	231

## O INADIMPLEMENTO ANTECIPADO E SEU TRATAMENTO JURISPRUDENCIAL

<b>PAULO ROBERTO RIBEIRO NALIN, GIOVANA TREIGER GRUPENMACHER, JOÃO PEDRO KOSTIN FELIPE DE NATIVIDADE, LUIZ AUGUSTO DA SILVA, FELIPE HASSON</b> .....	233
1 Introdução .....	233
2 Histórico do inadimplemento antecipado .....	234
3 Posicionamento do instituto no direito brasileiro .....	238
4 A necessidade de uma jurisprudência uniforme .....	243
5 Análise dos acórdãos localizados .....	246
6 Conclusão .....	250
Referências .....	252

## OS PLÚRIMOS SENTIDOS DA PRIVACIDADE E SUA TUTELA: A QUESTÃO DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SUA VIOLAÇÃO NA ATUAL CONSTRUÇÃO JURISPRUDENCIAL BRASILEIRA

<b>RAFAEL CORRÊA</b> .....	255
Introdução .....	255
1 Direitos de personalidade e dados pessoais: nova perspectiva da tutela da privacidade .....	257
2 A proteção de dados pessoais e o estado da arte na atual jurisprudência brasileira .....	263
3 Breve análise sobre a possível configuração do dano na violação de dados pessoais e a tutela da privacidade .....	265
4 Conclusões .....	270
Referências .....	272

## RESILIÇÃO NAS RELAÇÕES CONTRATUAIS CONTINUADAS DE SEGURO DE VIDA E A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

<b>EROS BELIN DE MOURA CORDEIRO</b> .....	275
1 O tempo, as relações negociais e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça .....	275
2 Contratos descontínuos e relações negociais continuadas .....	279
3 As formas de extinção dos contratos e as relações contratuais continuadas .....	282
4 Boa-fé objetiva e resilição das relações negociais continuadas .....	286
5 Resilição dos contratos continuados de seguro de vida e os Recursos Especiais nºs 1.073.595 e 880.605 .....	288
6 Conclusão: precedentes e otimização da produção jurídica .....	294
Referências .....	296

## O DANO DA PRIVAÇÃO DO USO

<b>MARIA CÂNDIDA PIRES VIEIRA DO AMARAL KROETZ, ADROALDO AGNER ROSA NETO, PAULA HAPNER, ANDRÉ LUIZ PRIETO, RAFAELA MOSCALEWSKY</b> .....	299
1 Introdução .....	299
2 O dano da privação do uso como fonte de obrigações .....	300
3 Autonomia do dano pela privação do uso .....	307
4 Critérios para a verificação de hipótese indenizável .....	310
5 Conclusão .....	315
Referências .....	315

PARTE IV  
**PESSOA E MERCADO**

O DIREITO À INFORMAÇÃO DO CONSUMIDOR:  
MECANISMO DENSIFICADOR DA TUTELA DO  
CONSUMIDOR HIPERVULNERÁVEL

<b>RICARDO HENRIQUE WEBER</b> .....	321
1 Introdução .....	321
2 A sociedade do hiperconsumo e o <i>homo consumericus</i> .....	322
3 A hipervulnerabilidade do consumidor .....	324
4 O direito à informação como elemento densificador da hipervulnerabilidade do consumidor – Precedente do STJ .....	326
5 Conclusão .....	331
Referências .....	331

A (IN)APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO  
CONSUMIDOR NOS CONTRATOS DE *SHOPPING CENTERS*:  
UMA ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA ATUAL

<b>RICARDO HELM FERREIRA, THUANNY STEPHANIE CORRIEL GOMES</b> .....	333
1 Introdução .....	333
2 Conceito de <i>shopping center</i> .....	334
3 Do contrato de locação .....	335
3.1 Aspectos e princípios fundamentais dos contratos .....	335
3.2 Do contrato de locação de <i>shopping center</i> .....	336
4 O entendimento do STJ pela não aplicação do Código de Defesa do Consumidor .....	338
5 Do entendimento dos tribunais estaduais de São Paulo, Distrito Federal e Rio Grande do Sul nos últimos cinco anos pela inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor nos contratos de locação do <i>shopping center</i> .....	340
6 Do diálogo entre as fontes – Código Civil e Código de Defesa do Consumidor .....	342
7 Código de Defesa do Consumidor, norma complementadora da Constituição Federal .....	344
8 Conclusão .....	346
Referências .....	347

A COMPREENSÃO DO SUPERENDIVIDAMENTO PELO  
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA A PARTIR DE UMA  
ANÁLISE ESTATÍSTICA

<b>CLÓVIS ALBERTO BERTOLINI DE PINHO</b> .....	349
1 Introdução .....	349
2 A figura do superendividamento .....	351
2.1 Sociedade de risco e Direito do Consumidor .....	354
2.2 Dignidade da pessoa humana e mínimo existencial .....	356
3 O superendividamento nos Tribunais brasileiros .....	359
4 A posição do Superior Tribunal de Justiça – Análise estatística .....	360
5 Resultados .....	365
5.1 Senso comum teórico e desmitificações .....	368
6 Conclusões .....	370
Referências .....	371

DESCONSTRUÇÃO DAS PREMISAS DE UM SENSO COMUM:  
A CLÁUSULA DE TOLERÂNCIA A PARTIR DAS DECISÕES  
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

<b>LUCIANA PEDROSO XAVIER, VALÉRIA ESPÍNDOLA PICAGEWICZ</b> .....	375
1 Introdução .....	375

2	A incorporação imobiliária e a aquisição da casa própria.....	378
3	Os contratos por adesão consumeristas e a cláusula de tolerância.....	379
4	O senso comum ou o consenso do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná sobre a validade da cláusula de tolerância.....	382
5	Desconstruindo as premissas de um senso comum.....	385
6	Considerações finais .....	392
	Referências .....	393

**CONDIÇÃO FEMININA E DIREITO À MORADIA NO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA**

	<b>CAMILA CERVERA DESIGNE, ROSALICE FIDALGO PINHEIRO .....</b>	<b>397</b>
	Introdução .....	397
1	Condição feminina e moradia da família.....	398
2	O direito fundamental à moradia e o Programa Minha Casa, Minha Vida.....	404
3	Condição feminina e “patrimônio mínimo” no Programa Minha Casa, Minha Vida .....	406
4	Considerações finais .....	414
	Referências .....	416

**NOTA SOBRE A DIMENSÃO CULTURAL DO CONSUMO: BREVE CONTRIBUIÇÃO PARA A PESQUISA EM DIREITO DO CONSUMIDOR**

	<b>LAURA GARBINI BOTH.....</b>	<b>419</b>
	Introdução .....	419
1	O consumo como prática cultural .....	420
2	A troca de bens e a vida social .....	421
3	O significado social dos objetos .....	422
4	Conclusão .....	423
	Referências .....	424

	<b>SOBRE OS AUTORES.....</b>	<b>425</b>
--	------------------------------	------------